

O PAPEL DO ESTADO NA GENERALIZAÇÃO DA FORMA EMPRESA: UMA DISCUSSÃO SOBRE AS PRÁTICAS DA SECRETARIA DE CULTURA DE PELOTAS

JANIELE CRISTINE PERES BORGES¹; **MARCIO SILVA RODRIGUES²**

¹*Universidade Federal de Pelotas – janieleborges@yahoo.com.br*

²*Universidade Federal de Pelotas – marciosilvarodrigues@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Central à constituição de qualquer sociedade, nas últimas décadas, o campo da cultura, assim como outros espaços tradicionalmente livres da economia, tem sofrido algumas transformações decorrentes da ampla disseminação da ideia e dos pressupostos empresariais em seu interior (processo de empresarização) (RODRIGUES, 2013). Tal cenário, não foi transformado apenas pelas próprias organizações do campo, mas principalmente pelo Estado que agiu, ainda que de forma descontinuada, ora segundo seus interesses, ora atendendo as demandas da esfera econômica (VIEIRA e SIMÕES, 2010).

Para além da compreensão liberal sobre o papel do Estado, na qual a ação do Estado é limitada pelo mercado que age segundo suas próprias regras, o foco desse estudo é no modelo neoliberal de atuação daquela instituição. Nessa perspectiva, o Estado utiliza as regras presentes na esfera econômica como uma espécie de tribunal econômico, em nome de uma lei de mercado que, dentre outras atuações, permitirá avaliar as ações do Estado segundo padrões de eficiência (FOUCAULT, 2008).

Vale ressaltar que o surgimento do Estado neoliberal, está relacionado principalmente à crítica a um estado Keynesiano, no qual as políticas adotadas, o aparelho estatal de oferta de bens e serviços e o sistema de bem-estar social foram vistos como um pesado ônus ao Estado. E é, a partir dessa crise, que o Estado vê na empresa um modelo legitimado de eficiência, passando então a introduzir seu modo de gerenciamento e controle através do neoliberalismo (ARENTI, 2003).

Esse neoliberalismo, através de uma política orientada para a constituição do mercado, deixa subentendido uma série de objetivos, como evitar a centralidade, favorecer empresas médias, apoiar o artesanato e o pequeno comércio, multiplicar o acesso a propriedade, entre outros. A ideia é incluir os pequenos, fazê-los participar do mercado, torná-los empreendedores, ou seja, múltiplos indivíduos-empresa.

Interessado em reproduzir na sociedade situações como o indivíduo empresário de si e a ideia de concorrência permeando as relações sociais, o Estado neoliberal encontra na formação desses indivíduos a peça chave para manter essa ordem e garantir o desenvolvimento econômico, pois um capital humano elevado permitirá uma elevação da renda. Isso claro, relacionado ao fato de que esse indivíduo, mais capacitado, produzirá novas combinações, defendidas por Schumpeter (1988) como promotoras do desenvolvimento econômico.

O processo de empresarização, isto é, a construção, a generalização e a incorporação da forma empresa como um dispositivo de poder, parece encontrar no neoliberalismo uma forma bastante sutil de reprodução. E parece estar sendo lentamente introduzida através da intervenção do Estado em diversos contextos, entre eles, o campo cultural. E é nesse sentido, que temos o objetivo de analisar como as práticas do Estado, representadas aqui pela Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Pelotas, contribuem com o processo de generalização da forma empresa no campo da cultura da cidade de Pelotas.

2. METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo proposto optamos por realizar uma pesquisa qualitativa, a qual busca, segundo Godoy (1995), identificar as causas das transformações e descrever suas implicações. Além disso, trata-se de uma pesquisa descritivo-interpretativa a partir da técnica de estudo de caso, tendo como unidade de análise a Secretaria de Cultura da cidade de Pelotas. Além disso, dado o objetivo da pesquisa, optamos por adotar uma perspectiva longitudinal com um corte seccional (VIEIRA e ZOUAIN, 2004).

Originalmente, nossa intenção foi analisar as ações atuais da Secult, e para isso, entrevistamos o atual secretário de Pelotas, artista que atuava como assessor da ex-secretaria de cultura e dois assessores indicados por ele. No entanto, ao nos depararmos com essas práticas, sentimos a necessidade de compreender em que momento surgiram e porque surgiram, sendo assim, optou-se por realizar uma busca histórica desde a criação da Secult em 2001. Para tanto, foram realizadas mais duas entrevistas com os ex-secretários, totalizando cinco entrevistas.

Por se tratar de uma pesquisa em andamento, até o momento, a construção da narrativa apresentada a seguir assentou-se, essencialmente, em entrevistas não estruturadas com os referidos entrevistados. A opção por essa e não outra abordagem para a coleta de dados primários está intimamente relacionada a guinada teórica deste trabalho. Pesquisadores do processo de empresarização têm utilizado basicamente duas perspectivas teóricas complementares (ABRAHAM, 2004; SOLÉ, 2004). Neste trabalho, ao optarmos por uma abordagem foucaultiana para discutir esse processo (uma abordagem, diga-se, inédita), acreditamos que seria relevante deixar que o campo, este e todos os outros analisados daqui para frente, nos demonstrasse como esse fenômeno, esse dispositivo de poder, opera. Uma vez que a intenção aqui não é apenas verificar a presença ou não de uma postura empresarial, mas sim desvendar como, lentamente, a ideia de empresa é disseminada e incorporada, como suas práticas transformam-se em verdades, em valores que acabam por apontar aos sujeitos a única, senão, a melhor possibilidade.

Seguindo as etapas sugeridas por Bardin (1988) – pré-análise, descrição e interpretação - os dados coletados foram organizados de forma histórica, ou seja, com uma linearidade dos fatos. E dentro de cada período histórico, buscamos analisar os dados com o intuito de encontrar as categorias empresariais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro período de atuação da Secult, que ocorreu de 2001 a 2004, é marcado pelo esforço e intervenção do Estado no processo de organização e estruturação de alguns elementos que compõem a cena cultural pelotense, como museus, teatros e prédios históricos. Assumindo de certa forma, características de um Estado keynesiano (ARIENTI, 2003). Nesse período, a ideia de economia não se apresenta como uma máxima. Aliás, ela sequer é mencionada pelo entrevistado. O mesmo ocorre com as práticas empresariais que não aparecerem incorporadas na forma de ação do Estado.

No entanto, fica claro o início de um processo de modificação desse Estado, o qual passa a incorporar práticas de descentralização, ideia tão presente na constituição de Estado neoliberal. Torna-se, portanto, interessante refletir sobre o fato dessa ter sido a prática que perpetuou ao longo da atuação do Estado na cena cultural de Pelotas, o que não ocorreu com as demais práticas da época, denotando a tendência do Estado em manter práticas que sejam alinhadas a política neoliberal.

No segundo período histórico, que compreendeu dois momentos distantes (2005 a 2007 e 2013 a 2014), temos a nomeação de uma produtora cultural para o cargo de secretaria de cultura. E, com esse período, iniciava-se uma alteração no papel do Estado, que antes financiava, diretamente, os artistas. Agora, via editais de incentivo à cultura, lentamente os coloca em competição. Uma competição na qual os critérios de avaliação das propostas estão, de certa forma, orientados por elementos econômicos.

Alguns pontos importantes reforçam a presença da forma de ser da empresa nesse período: a formalização dos editais, que impõe aos concorrentes uma atuação delimitada, como delimitam as empresas a manifestação individual dos seus trabalhadores através das exaustivas normas de comportamento; a tecnificação esperada dos membros que compõe a Secult; a ideia de eficiência, como um cálculo racional em busca de uma relação entre ação e resultado, conforme foi evidenciado na abordagem do desenvolvimento; a ideia de concorrência na busca de melhorias.

No terceiro período histórico, a mudança de secretário não causou grandes alterações na Secult, pois foram mantidos os demais funcionários, visto que o objetivo era dar seguimento as ações que estavam sendo realizadas. Houve uma ampliação do número de editais, sendo essa a forma vista pelo secretário de fomentar a cultura. Entre os critérios de avaliação dos projetos temos o ineditismo, buscando na inovação o elemento necessário para a realização do desenvolvimento econômico. O incentivo dessa prática acaba por desqualificar ações rotineiras, que perpetuam-se pela sua essência e não pelo ineditismo.

No entanto, o diferencia o modo de atuação da Secult aqui, é a preocupação com a formação cultural aliada a descentralização, que juntos podem transformar o campo, pois estão sendo vistos como necessidade e meta da atual gestão.

Vemos nesse período uma série de pressupostos empresariais, que são depositados no campo, principalmente via editais, que conceitualizam a forma de atuação desejada. Com o incentivando a uma lógica concorrencial, os atores do campo passam a sentir a necessidade de acompanhar essa transformação. Fato relacionado a ausência de referência que contrapõe a forma empresa. E assim, vão invadindo a cena cultural, a inovação, a formalização, a profissionalização, a lógica econômica, os cálculos utilitaristas, a competitividade, a independência.

4. CONCLUSÕES

De forma geral, as ações do Estado parece que vem, ao longo do tempo, contribuindo para a consolidação do ideário neoliberal. Tanto que, no primeiro período de formação da Secult, embora com pouca influência da economia e, consequentemente, da forma empresa, já havia a prática de descentralização, característico do Estado neoliberal.

Aliada a ideia de profissionalização dos artistas, através dos cursos de formação, a descentralização acabará por reproduzir indivíduos-empresa, ou seja, empresários, independentes, inovadores, qualificados, com projetos autossustentáveis e competitivos, os futuros multiplicadores e reprodutores do comportamento empresarial. E no caso da arte, o incentivo aos produtos mercadologicamente aceitos.

Diante disso, percebemos alguns elementos, descritos por Foucault (2008), que compõe o processo de empresarização e caracterizam a cena atual, principalmente relacionada a prática dos editais, a política de descentralização e investimento em formação.

O primeiro deles é a compreensão da existência de uma estreita relação entre capital e competência, sendo capital o trabalhador capaz de gerar renda, a qual será relativamente maior de acordo com a sua competência. Essa relação, torna o trabalhador uma empresa para si mesmo, responsável por melhorar a sua própria condição.

As relações concorrenenciais aparecem como outro elemento, pois, inerentes ao ambiente empresarial, acabam por reconstituir uma série de valores morais e culturais, aproximando-os dos antiéticos do mecanismo da concorrência.

Esta presente também a atuação do Estado como mantenedor da ordem neoliberal, um terceiro elemento, que atua através de políticas que o mantenham acima das relações concorrenenciais, situação presente na constituição de leis como forma de reforçar essa manter o papel do Estado.

O quarto elemento presente é a formação dos indivíduos, pois como já dissemos, é o capital humano elevado que garantirá a elevação da renda. Isso claro, relacionado ao fato de que são as novas combinações defendidas por Schumpeter (1988), ou seja, as inovações que geram o desenvolvimento econômico. Outro elemento é a prática de descentralização, a qual atua em busca de uma multiplicidade de indivíduos atuando como se constituíssem, eles próprios, uma empresa. Diante disso, entendemos porque a centralidade da empresa, presente no íntimo dos membros de uma sociedade, é capaz de garantir a manutenção de uma ordem econômica neoliberal.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAHAM, Yves-Marie. **L'entreprise est-elle nécessaire?** In: DUPUIS, Jean-Pierre (org.). *Sociologie de l'entreprise*. Montréal: Gaëtan Morin Editeur, 2006.
- ARIENTI, W.L. **Do Estado Keynesiano ao Estado Schumpeteriano**. Revista de economia política, Florianópolis, v. 23, n. 4, p. 97-113, out.-dez. 2003.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1988.
- FOUCAULT, M. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GODOY, A.S. **Pesquisa qualitativa – Tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v.35, nº3, p. 20-29, 1995
- RODRIGUES, M.S. **O novo ministério da verdade: o discurso de VEJA sobre o campo do Ensino Superior e a consolidação da empresa no Brasil**. 2013. 410 f. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.
- SCHUMPETER, J.A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- SIMÕES, J. M.; VIEIRA, M. M. F. A atuação do estado e do mercado na trajetória do campo organizacional da cultura no Brasil. In: VIEIRA, M. M. F.; RODRIGUES, M. S.; SILVA, R.C. **Cultura, mercado e desenvolvimento**. Porto Alegre: Dacasa, 2010.
- VIEIRA, M.M.F.; RODRIGUES, M.S.; SILVA, R.C. **Cultura, mercado e desenvolvimento**. Porto Alegre: Dacasa, 2010.
- VIEIRA, M.M.F.; ZOUAIN, D.M. Pesquisa Qualitativa em Administração. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- SOLÉ, Andreu. **Créateurs de mondes** – nos possibles, nos impossibles. Paris: Éditions du Rocher, 2000.